

Estudo Técnico Preliminar 30/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 08057.001085/2023-02

2. Descrição da necessidade

2.1. A contratação do serviço de buffer se faz necessária devido a realização da solenidade de inauguração da nova sede da Polícia Federal em Juazeiro do Norte/CE.

2.2. O citado evento contará com a participação dos servidores, familiares e convidados visando a celebração da construção de edificação própria da União para uso pela Polícia Federal no município de Juazeiro do Norte/CE.

2.3. A solenidade contará com a presença de autoridades locais e nacionais que prestigiarão o evento sendo servido um coquetel aos presentes bem como sendo realizada a transmissão simultânea em telão, permitindo a participação de todos os servidores da lotação.

2.4. Assim, justifica-se a necessidade de contratação.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
NO/PF/JNE/CE	CARLOS ARTUR LIMA DA ROCHA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 Atendendo às necessidades da Superintendência Regional da Polícia Federal no Ceará, para a execução dos serviços licitados, serão exigidos da futura contratada, minimamente, o que se segue:

4.1.1. Requisitos necessários para o atendimento da necessidade:

a) os empregados do contratado fiquem à disposição nas dependências do contratante para a prestação dos serviços durante a realização do evento.

b) o contratado não compartilhe os recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos;

c) o contratado possibilite a fiscalização pelo contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos;

4.2. Definição apresentada na Instrução Normativa nº 05/2017 da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão:

Art. 15. Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

4.3. No caso em concreto, considerando que os serviços de buffer e transmissão de vídeo visam dar apoio às atividades da instituição e são prestados de forma pontual. Sua ausência geraria queda na qualidade dos serviços prestado por se tratar se um solenidade, evento formal

4.4. Por se tratar de serviços de caráter não continuado, o contrato poderá ser substituído pela Nota de Empenho devido a contratação ocorrer através de dispensa de licitação em razão de valor.

4.5. Natureza da Contratação:

4.5.1. Prestação de serviço não continuado sem mão de obra exclusiva.

4.6. Duração inicial da prestação do serviço: o serviço ocorrerá em dia único a ser agendado com o demandante.

4.7. Ademais, os critérios de habilitação técnica a serem exigidos da licitante serão os apresentados a seguir:

4.8. Comprovação da Qualificação Técnica, que já executou objeto idêntico ao desejado, com apresentação de Atestado de Capacidade Técnica, no qual conste a comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto proposto, mediante apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, com experiência mínima de 50% do objeto licitado.

4.8.1. Critérios de habilitação fiscal, econômico-financeira e trabalhista serão apresentados no Edital de Licitação.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Considerando a necessidade da Administração, a análise do mercado aponta como melhor solução a contratação de empresa prestadora de serviço terceirizado dado que a atividade que se visa contratar é de caráter acessório e, por isso, preferencialmente objeto de execução indireta.

5.2. Pelo exposto, justifica-se como solução mais eficiente e eficaz para a demanda da Administração.

5.3. Definida essa linha de atuação, passou-se ao levantamento de preços a fim de construir o valor de referência de cada serviço. Em observância ao disposto na Instrução Normativa/SLTI/MPOG n.º 05, de 27 de junho de 2014 e suas alterações, serão utilizados os seguintes meios de precificação dos serviços:

5.3.1. solicitação de orçamentos com fornecedores, desde que as datas das pesquisas não se diferenciem em mais de 180 (cento e oitenta) dias.

5.4. O detalhamento dos valores orçados e a compilação dos mesmos constará no mapa comparativo de preços.

5.5. Devido a especificidade da contratação, optou em uma pesquisa de preço diretamente com fornecedores locais prestadores na especialidade eventos empresariais, uma vez que o serviço de buffet contratado deverá abranger todo a logística de produção de alimentos, acondicionamento, transporte, limpeza, serviço de garçom, copeira, limpeza, materiais e equipamentos necessários.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução da presente demanda será atendida por meio da disponibilização de pessoal treinado e capacitado, a fim de auxiliar nas atividades de suporte aos setores, como:

6.2. A empresa prestadora de serviços com o menor preço deverá apresentar o alvará de funcionamento, expedido pela Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte/CE, em vigência.

6.3. Os produtos terão que atender aos padrões de qualidade, fabricados no dia da entrega, sendo assados ou recheados na hora da entrega, conforme determinam as normas da vigilância sanitária.

6.4. Os serviços englobam a disponibilização de:

6.4.1. Fornecimento de alimentos e bebidas tipo sucos e refrigerantes com serviço de logística de entrega e fornecimento de materiais descartáveis para acondicionamento e consumo da alimentação e das bebidas, visando atender coffee break para até 100 pessoas adultas.

6.4.2. Transmissão ao vivo da solenidade em telão

6.5. O dia e o horário do evento podem ser alterados em função da conveniência administrativa da unidade de exercício, desde que seja cumprida a jornada semanal estabelecida.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Buffet para 100 pessoas sendo ofertado um número mínimo de 12 salgados por pessoas (fritos e assados), com uma variedade mínima de 5 tipos, fritos e assados no local no momento do evento; 03 mini sanduíches por pessoa, 03 tipos de sucos de frutas (polpa ou fruta in natura), refrigerantes (mínimo 2 sabores, cola e guaraná), café, leite, chocolate quente, água mineral em quantidade proporcional a quantidade de convidados.

7.2. Ornamentação: 01 arranjo de mesa (flores naturais), 01 arranjo de chão (flores naturais), 02 mesas, 02 toalhas longa de mesas branca.

7.3. Pratos de louça, taças de louça, bandejas, guardanapos, palitos, gelo, isopor, xícaras de louça, 150 cadeiras plásticas com capa.

7.4. Equipe de serviço fardada sendo 01 (um) auxiliar de cozinha e 03 (três) garçons.

7.5. Transmissão com mesa de corte ATEM mini PRO 4 Canais hdmi, Para captação de som. Mesa de som com cabo xlr , um filmmaker para fazer um VT resumo, 01 mesa de corte com monitor preview.01 notebook para transmissão, 01 câmera fixa em tripé, 01 câmera móvel com transmissor.

7.6. 01 (um) Fotografo,

7.7. 02 (duas) Tenda 6x6, Telão em gride 3x2 envelopado em malha com equipamentos para Transmissão.

7.8. 02 (dois) Climatizadores;

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 12.983,33

8.1. Estima-se o valor de R\$ 12.983,33 (doze mil novecentos e oitenta e três reais e trinta e três centavos) considerando os 03 (três) orçamentos apresentados

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Ocorrerá o agrupamento da contratação uma vez que o serviço é indivisível.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Os serviços que se visa a contratar são autônomos e prescindem de contratações correlatas ou interdependentes.

10.2. Não há contratações que guardam relação/afinidade com o objeto da contratação pretendida, sejam elas já realizadas, ou contratações futuras.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 O objeto da contratação vai ao encontro das diretrizes traçadas no Plano Estratégico da Polícia Federal 2021/2023, objetivando a implantação de uma cultura permanente de gestão estratégica no âmbito da Polícia Federal, em busca da eficiência e da efetividade das atividades e dos serviços prestados.

11.2. Dentre as ações estratégicas institucionais, otimizando o emprego dos bens e recursos materiais, seguem abaixo algumas das diretrizes traçadas no planejamento do órgão:

"2.1.3. Ação Estratégica: Fomentar a Gestão do Conhecimento, a Pesquisa e a Inovação Fomentar a gestão do conhecimento mediante a implantação de sistemas e mecanismos de produção, otimização, gestão, padronização, disseminação e proteção,

preservando o aprendizado, contribuindo para o desenvolvimento da pesquisa científica e da inovação, no interesse da Instituição.

2.2.5. Ação Estratégica: Incrementar as Ações para Desenvolvimento dos Servidores Incrementar, desenvolver, sistematizar e implementar mecanismos facilitadores da comunicação, com a finalidade de prospectar eventuais lacunas, com a finalidade de supri-las com a capacitação adequada para o desenvolvimento dos servidores. Além disso, buscar meios de interação e diálogo com órgãos externos, com vistas à defesa de interesses institucionais em busca da valorização do servidor."

11.3. Destaca-se que ainda não há publicada "proposta de metodologia de gestão de riscos de que trata o art. 21, inciso I" da PF, conforme é determinado o § 1º do Art. 25 da Portaria nº 7.413-DG/PF, de 8 de setembro de 2017. Diante disso, declaramos que todos os riscos serão mitigados ao longo do presente Estudo, providenciando-se eventuais medidas de contingência, se necessário.

11.4. Vale sublinhar que a presente contratação está registrada no sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações - PGC para no ano de 2023, conforme Extrato PAC 2023 em execução (31774804);

11.5 Considerando o Decreto nº 10.193 de 27/12/2019, a corrente contratação constitui atividade de custeio pois está relacionada às atividades comuns da Superintendência Regional de Polícia Federal no Ceará no desempenho de suas atividades institucionais;

11.6. A contratação está inserida no rol de serviços usualmente contratados por esta instituição, o que permite atestar que os mesmos são de suma importância para a boa realização do evento, e a ausência destes poderiam implicar negativamente na execução dos serviços prestados durante a solenidade, com reflexos negativos no clima organizacional.

11.7. A contratação pretendida tem como objetivo aperfeiçoar e melhorar a aplicação de recursos públicos, envolvendo ações inerentes à contratação da cesta básica de contratos, gasto eficiente, fomento do conhecimento e melhoria de gestão, do direcionador estratégico "Otimização dos Serviços ao Usuário/Cidadão" do Plano de Ação institucional que abrange o Plano Plurianual 2023-2024.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Com a contratação de um operador logístico espera-se a promoção de inovações para a própria PF, à longo prazo, assim como de novas ideias e formas de pensar, renovando o ambiente de trabalho, fatores que geram diversos benefícios às ações estratégicas informadas neste Estudo Técnico.

12.2. Também, vislumbra-se, nesta contratação, a otimização do processo seletivo, desde a prospecção até a efetivação celebração do TCE e demais demandas inerentes ao vínculo de estágio, permitindo a chegada de acadêmicos das áreas correlatas a atuação do órgão.

12.3. Com a nova licitação, também se pretende oportunizar às empresas nova disputa de oferta, possibilitando maior economia para a Administração.

12.4. Não serão disponibilizados recursos materiais ou financeiros para entrega dos produtos, materiais e bens, exceto o valor final após ateste da nota fiscal.

12.5. A Pretensa contratação dos serviços, objeto deste estudo, se faz necessária para suprir permanentemente as necessidades e demandas da administração, com a finalidade de propiciar melhor desempenho das atividades finalísticas, de forma contínua, eficiente, flexível, fácil, segura e confiável. Para atingir os resultados do planejamento estratégico da Administração Pública, de forma racional, obter melhor emprego de seus recursos visando alcançar a eficiência e eficácia de suas ações.

12.6. Portanto a referida contratação trará resultados materializados que se justifica pelos motivos a seguir:

12.6.1. Economia- Pela necessidade de redução de custos com o serviço, levando-se em conta a competição entre as prestadoras de serviços do ramo e atuantes no mercado.

12.6.2. Continuidade da Missão institucional - Por se tratar de serviços permanentes e indispensáveis ao desempenho das atividades finalísticas do órgão, dentre outras;

12.7. Cabe ressaltar que na pretensa contratação a Administração privilegiará e exigirá da empresa contratada a adoção de boas práticas de otimização dos recursos, redução de desperdícios e demais ações de utilização de tecnologia que respeitem o meio ambiente.

12.8. Ademais, a contratação em comento se mostra eficaz, necessária e imprescindível, uma vez que a Administração já está alinhada com a padronização pretendida pelo Órgão Diretivo da instituição, trazendo com isso mais eficiência, harmonia e efetividade na prestação dos serviços ao cidadão, bem como nos mecanismos de controle, fiscalização e gestão do contrato, objeto do presente estudo técnico.

13. Providências a serem Adotadas

13.1 Diante do teor da NR nº 24 do MTE, que disciplina as condições de higiene e conforto nos locais de trabalho, todas as localidades de serviço nas dependências da Superintendência e de suas Delegacias Descentralizadas, restam de acordo com a legislação vigente.

13.2. Os servidores envolvidos na fiscalização têm experiência na gestão e fiscalização de contratos.

13.2. Diante de todo o exposto, declaramos que não há providências a serem tomadas.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Não há previsão de impacto ambiental, visto que os serviços pretendidos não causam modificação prejudicial ao equilíbrio do ambiente físico ou social das localidades abrangidas pela prestação.

14.2. Considerando o que dispõe o artigo 7º, XI, da Lei nº. 12.305/10, que estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos, é imperioso que os bens e serviços envolvidos nesta contratação considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis.

14.3. Todos os processos envolvidos na execução desse objeto, sejam de extração, fabricação, utilização ou descarte de materiais e serviços, devem estar revestidos da preocupação com a sustentabilidade ambiental e totalmente de acordo com as imposições normativas editadas pelos órgãos de proteção ao meio ambiente.

14.4. A Contratada deverá buscar que seus colaboradores adotem, cada vez mais, as seguintes práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços:

14.4.1. Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

14.4.2. Manter programa interno para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

14.4.3. Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados e destiná-los à coleta seletiva municipal ou às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, para reciclagem, quando couber, nos termos do Decreto nº.10.936/2022.

14.5. Quanto aos serviços prestados, serão exigidos, no que couber, os seguintes critérios de sustentabilidade:

14.5.1. use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

14.5.2. adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

14.5.3. Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

14.5.4. forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

14.5.5. realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

14.5.6. realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

14.5.7. respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e

14.5.8. preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

14.6. Quanto da aquisição de bens, poderão exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

14.6.1. que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

14.6.2. que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

14.6.3. que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

14.6.4. que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (**Restriction of Certain Hazardous Substances**), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

14.7. A comprovação do disposto no item e subitens anteriores poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.

14.8. A presente aquisição tem que atender as condições de sustentabilidade descritas no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da Consultoria-Geral da União, publicado no sítio eletrônico da Advocacia-Geral da União;

14.9 A Superintendência de Polícia Federal no Ceará não possui Plano Diretor de Logística Sustentável como instrumento de governança aprovado, sendo adotado os critérios de sustentabilidade constantes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, 6ª edição, conforme o artigo 6º, I da Portaria SEGES/ME nº 8.678/2021 e a Instrução Normativa MPOG nº 10/2012.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1.O presente planejamento atende adequadamente às demandas de negócio formuladas, os benefícios pretendidos são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade, os riscos envolvidos são administráveis e a área requisitante priorizará o fornecimento de todos os elementos aqui relacionados necessários à consecução dos benefícios pretendidos.

15.2 Assim, declaramos a viabilidade da contratação, e recomendamos a contratação na forma proposta.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARILENE BERNARDINA DA SILVA

Equipe de Planejamento

ROGERIO FERNANDO ALENCAR VANDERLEI

Equipe de Planejamento